

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 11

CULTURA POLÍTICA MENTALIDADES



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1989

ELEMENTOS DE UM BARROCO MILITAR

Duas marcas podem ver-se emergir da sobrevalorização do sensório vivida pela cultura do barroco histórico: a vertigem da metamorfose e um enorme desejo de ostentação. Tudo muda e nada muda em silêncio, nada existe que se não mostre e se não mova.

As múltiplas caras da produção cultural penetram então nos espíritos por caminhos que ignoram a valoração do elemento racional ou a busca de um saber perfeito e fechado, procurando-se antes a excitação dos sentidos, obtida pelo abuso do jogo de atitudes e de significados, pelo deslumbramento constante. Esta condição é potenciada pelas características directoras e massivas que assume, desenvolvidas numa relação íntima e inevitável com as fontes do poder. Torna-se necessária a mobilização das vontades: espantá-las, apaixoná-las, deixá-las em suspenso, esmagá-las com o sempre novo e a surpresa de verem erguer o não credível. Justamente aquilo que elas mais esperam de quem pode.

Nestas condições, sabe-se como a percepção visual representa elemento fundamental no processo de elaboração e consumo do produto barroco. Uma arte sensual, que seduz pela imposição esmagadora ou atraente das formas, que impressiona e orienta pela extensão e pela carga simbólica do representado, tem que se dar a ver. O texto literário segue naturalmente esta regra. Enforma-se no jogo complicado, alegórico, enigmático até, da palavra hiperbólica ou redundante, do anagrama complexo, do labirinto poético. A importância que toma o teatro, reino por excelência do equívoco e do passageiro, arte «de massas» que se desenvolve confundindo-

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

-se com a teatralidade do mundo «real» e que usa de forma crescentemente complicada a comunicação visual (cenografia, decoração, vestuário, maquilhagem, maquinaria, mimetismo, movimento cénico), sublinha este traço. A descrição atónita, múltipla, da festa pública — cortesã, aristocrática ou religiosa — permanece também saturada de constantes referências à «variedade das cores», ao «divertimento dos olhos», aos «primorosos quadros que deixam absortos os sentidos», à «admiração da vista» ⁽¹⁾.

A vida impõe-se então como manifestação e como espectáculo e no centro da procura ontológica continuamente desenvolvida situa-se o *olho*. É este o órgão que capta mais directamente o que se mostra, que reage imediatamente ao luminoso da festa, da decoração e da roupa, que leva as imagens ao «coração» do homem, organizando uma forma directa de perceber o mundo, situada para além daquela outra, necessariamente mais elaborada, seguida em metafísica ou organizada em ideologia. Esta importância da visão — «el más amado de todos los sentidos», como o designava Fernando de Herrera ⁽²⁾ — é evidente nas artes plásticas ou figurativas, nos jogos explícitos ou velados da produção literária, na música mesmo (mediada pelo enquadramento cénico, pelo movimento operático, pela dança, pela beleza dos executantes e dos instrumentos, pelo pontilhado cromático da notação, pelo conteúdo programático das peças), o que está de há muito demonstrado. Mas ressalta ainda, como começa agora a perceber-se melhor, nas formas de expressão festiva e ostentosa do poder, no complicado da etiqueta de corte ou mesmo em parte do quotidiano da cidade barroca.

Entretanto, aquilo que se encontra em grande parte por explorar situa-se numa outra dimensão. A teoria política, os «espelhos de príncipes», os tratados «de agudeza», os roteiros (civis ou religiosos), a parenética, os livros de cozinha, a escrita de folhas e gazetas, desenvolvem-se também por meio de um evidente recurso à imaginária visualização dos objectos e dos modelos abordados. Mais ainda — e é por aí que se desenvolve este estudo — áreas definidas e fundamentais do Estado em construção recorrem à mesma estratégia, tanto no cruzamento prático com os valores dominantes no mundo

⁽¹⁾ Cf. Fernando António da Rosa, *Relaçam das Insignes Festas que aos Felices, e Reaes Annos da Princeza do Brazil, Nossa Senhora, se fizeraõ no Sitio da Junqueira*, Lisboa, Off. de Antonio Isidoro da Fonseca, 1738.

⁽²⁾ Citado por Emilio Orozco Díaz, *Manierismo y Barroco*, Madrid, Cátedra, 1975, p. 32.

da época, como erguendo um procedimento próprio, adaptado às necessidades objectivas do poder e à sensibilidade especial, culturalmente situada, dos poderosos.

A arte da guerra e a organização militar representam um destes espaços. Aqui, o embate entre o real e o aparente, o jogo da ordem e do caos, eixos entre os quais, torturada e inquieta, deambula a alma barroca, instalam-se também. Nada de mais excitante para o príncipe e o seu estado-maior que fazer evoluir correctamente no terreno, com recurso a expedientes muito complexos mas ordenados, esse exército que pode também participar no acto extremo de violência crua, generalizada, sem limites, que é a batalha. Na corte o desfile militar inclui-se no cerimonial, enquanto a figura do oficial-nobre se mostra omnipresente em antecâmaras e salões. Retratos de grandes em pose afectada e marcial, heróica (lembre-se o *Olivares* de Vélasquez), quadros e tapeçarias gigantescos ou azulejos figurando combates de feliz memória (como os da Sala das Batalhas do Palácio Fronteira), cobrem as paredes por entre as quais circula gente empoada e de dito caprichoso. Na rua, vendem-se do cordel folhetos e gravuras que descrevem embates verdadeiros ou imaginários concebidos como espectáculo edificante, sempre exagerados, comemorando-se ainda as vitórias do soberano com epigramas e luminárias, solenes *Te Deum* ⁽³⁾ e mais desfiles.

A guerra está aqui sempre presente. Não só na sua forma natural, explícita, ciclicamente retomada, mas ainda sob modalidades interpostas que unem emoções e grandezas. A vitória, mesmo longínqua, de uma casa real aparentada, de um qualquer príncipe cristão contra o inimigo islâmico (especialmente o temido turco), de um obscuro capitão capaz de afastar o corsário marroquino, são objecto de festa e de lembrança. O próprio cerimonial religioso engloba, de modo crescente, formas militares: sob D. João V, a procissão vai perdendo boa parte da antiga composição e da «desordem» tradicional para ser traçada como coluna militar e protótipo hierárquico, desenvolvendo-se o cortejo segundo normas rigo-

⁽³⁾ Roger Chartier chama a atenção para o facto de, pelo menos em França, se esbater a prática das entradas régias, na sua fórmula medieval e renascentista, justamente no momento em que se multiplicam as celebrações de uma cerimónia nova, o *Te Deum*, capaz de divulgar por todo o reino a representação do poder real na sua função guerreira. Uma situação em boa parte por estudar entre nós mas que poderá apontar no mesmo sentido. Cf. Roger Chartier, *A história cultural entre práticas e representações*, Lisboa, Difel, 1988, pp. 194-197 e 221.

rosas e solenizadas, enquanto oficiais se incorporam e soldados fecham as ruas, velando pela boa ordem, como no desfile lisboeta do *Corpus Christi* (4). A festa pública civil, organizada para a ostentação da força e dos meios do mando régio, percebe então tanto o fascínio como o impacto da presença da tropa alinhada, armada e vistosa: em diversões com a presença da família real, como a de 1737 na Junqueira, um corpo de granadeiros vai movimentar-se de maneira certa e complicada, «deixando no admirado concurso huma saudosa ambição de verem muitas vezes repetido o feliz desempenho desta nova, e bem ideada figura», arrancando da testemunha o comentário atônito acerca da capacidade militar de uma força capaz de tão admirável comportamento naquela «aparência de guerra» (5).

O rosto do conjunto militar barroco é largamente cuidado, visando reforçar a sua força e beleza. Mas é principalmente a sua evolução, a um tempo complexa e ordenada aquilo que o particulariza como segmento específico do poder e que multiplica o efeito extasiante da sua presença. Centra-se aqui, na época, o esforço dirigente da hierarquia militar. O movimento do grupo como um todo capaz de surpreender supõe, no entanto, o desenvolvimento de apuradas técnicas de dominação do soldado. Estas encontram-se dirigidas para o ampliar da sua eficácia, possível por intermédio de um cuidado adestramento, que adapta o combatente à manobra, e de uma disciplina muito rigorosa, que o impede de perturbar ou de divergir.

O processo começa cedo e distribui-se por um tempo extenso: emerge do fim do combate medieval e da nítida definição dos Estados nacionais, já notados pelos inícios de Seiscentos e consumados pela segunda metade do século seguinte. Coincide assim, sensivelmente, com a vida da denominada Europa barroca. Neste território, a arte da guerra afasta-se de uma vez do simples *savoir-faire*, manipulado por uns tantos virtuosos, tornando-se rapidamente uma técnica, tendencialmente uma ciência. Domina-se com o estudo e a

(4) Veja-se Inácio Barbosa Machado, *Historia Critico-Chronologica da Instituição da Festa, Procissão, e Offício do Corpo Santissimo de Christo*, Lisboa, Off. Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1759, e Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa*, vol. XI, Lisboa, Typ. Universal, 1899, p. 192. Existe um breve e rico estudo de conjunto: Helena Pinto Janeiro, «A Procissão do Corpo de Deus na Lisboa Barroca. O Espaço e o Poder», in *Arqueologia do Estado, 1.ªs Jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul, séculos XIII-XVIII*, vol. 2, Lisboa, História & Crítica, 1988, pp. 723-742.

(5) Fernando António da Rosa, *ob. cit.*, pp. 59 e 52.

inteligência, e não já apenas com os ensinamentos da experiência e uma habilidade própria e intransmissível.

A didáctica militar limitara-se, nos últimos séculos do período medieval, ao repetir da *Epitoma rei militaris*, de Vegécio, alternada com as versões semi-plagiadoras de Vincent de Beauvais, Afonso X o Sábio e Gil de Roma⁽⁶⁾. Este último, o «Vegécio do século XIII», foi leitura predilecta dos militares alfabetizados de Quatrocentos, tendo uma certa influência em Portugal. Tal se pode deduzir das citações de D. Pedro na *Virtuosa Benfeitoria*, de Gomes Eanes de Azurara e de outros⁽⁷⁾, enquanto João de Barros informa ter ainda o mesmo infante D. Pedro traduzido Vegécio «em linguagem»⁽⁸⁾. O comportamento estratégico pouco mais exigia então que a massa feroz e desregrada composta por combatentes de semblante medonho, muitas vezes briosos mas sempre pesadamente equipados. Era rara a batalha em campo aberto e esta envolvia em regra um número limitado de efectivos, privilegiando-se o assédio, progredindo-se vagarosamente (ao contrário do que fizeram crer os romances de Walter Scott, os velhos compêndios da «história-batalha» ou algumas grotescas experiências «reconstitutivas» do cinema e das séries televisivas dos anos cinquenta). Cada combatente, ou grupo de combatentes, movia-se de acordo com objectivos — por vezes apenas determinados pela perspectiva do saque — que ele próprio escolhia. Neste contexto, o chefe militar apenas podia dar ordens muito gerais, acudindo com os seus homens de confiança aos pontos mais difíceis, deixando para o final do embate, se vitorioso, a complicada tarefa de voltar a reunir a massa já sem norte⁽⁹⁾.

Cerca de 1600 as coisas tinham mudado radicalmente, evoluindo ainda num ritmo acelerado. Multiplicam-se as obras de teoria militar, enquanto se alargam e desenvolvem as fór-

⁽⁶⁾ Ver Philippe Contamine, *La Guerre au Moyen Âge*, Paris, P.U.F., 1980, pp. 350-389.

⁽⁷⁾ Cf. Cristóvão Aires, *Teoria da História da Civilização Militar*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916, p. 67. São especialmente numerosas as referências de D. Pedro: veja-se *O Livro da Virtuosa Benfeitoria do Infante Dom Pedro*, 3.^a ed., com introdução e notas de Joaquim Costa, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1946.

⁽⁸⁾ Cf. João de Barros, «Panegírico da Infanta D. Maria», in *Panegíricos*, texto restituído, prefácio e notas de M. Rodrigues Lapa, Lisboa, Sá da Costa, 1937, p. 193, onde se refere a tradução de escritos de Vegécio, não designados, e do *De Officiis*, de Túlio.

⁽⁹⁾ Veja-se exemplarmente um interessante estudo sobre a batalha de Azincourt (1415): John Keegan, *O Rosto da Batalha*, Lisboa, Fragmentos, 1987, pp. 59-87.

mulas de conduzir e de fazer a guerra. A valorização da atitude beligerante como máxima de governação (na busca da definição do território do poder, do seu alcance, dos seus limites) fora aprofundada na *Arte della Guerra*, de Maquiavel, onde se sublinhava o lugar indispensável e central reservado ao domínio militar na vida política e a necessidade de controle por parte do Estado de toda a violência presente na sociedade. A obra marca ainda, apesar da desconfiança conservadora que demonstra em relação ao papel da artilharia, a grande viragem para o estabelecimento de uma nova filosofia do combate, crescentemente travado por exércitos unificados, mais amplos e móveis, colocados ao dispor de uma política de imposição dos interesses próximos e distantes do príncipe e da razão que determina a sua conduta. Esta atitude exigirá a construção de uma teoria própria, capaz de legitimar a atitude beligerante e, muito especialmente, de ensinar as convenientes alterações técnicas, de desenhar novas tácticas, sabendo sempre uniformizar os comportamentos e disciplinar os exércitos.

Serão ainda as inovações práticas de Maurício de Nassau e de Gustavo Adolfo da Suécia, nomeadamente no que respeita à valorização da rápida mobilidade táctica e do recrutamento generalizado, contra o anterior abuso de mercenários, a forçar por toda a Europa uma reformulação conceptual da actividade militar. A nova teoria, dependente das necessidades e das possibilidades trazidas pela centralização dos poderes e mostrada nos escritos de um Montecucoli ou de um Maurício de Saxe⁽¹⁰⁾, mostrar-se-á à partida como decididamente visualizável, apontando para a concepção da guerra como arte mecânica que se deve olhar e entender em movimento.

Em Portugal a mudança arranca um tanto tarde. A posição periférica no contexto continental e a aventura descobridora envolveram a intervenção em espaços novos, uma política expansionista que afastaria por longo tempo as armas nacionais dos teatros onde se viviam as grandes mudanças da guerra, dos campos de batalha da Europa.

A acção militar, apoiada continuamente na enorme superioridade técnica de canhões pouco certos mas terríficos

(10) A elaboração de novos preceitos tácticos e estratégicos parte agora do princípio da disponibilidade absoluta do conjunto guerreiro em relação às rigorosas determinações de um comando unificado. Vejam-se pois: Raimondo Montecucoli, *Mémoires de Montecucoli, généralissime des Troupes de l'empereur*, Amsterdam, Wettstein, 1742, mas escrito antes de 1680, e Maurice de Saxe, *Réveries ou Mémoires sur l'art de la guerre*, Dresden, s.n., 1737.

e demolidores, no arcabuz e na bombarda, desenvolvia-se de maneira feroz e atabalhoada, quase sempre com recurso aos golpes-de-mão de pequenos grupos que usavam desordenadamente e de modo inseguro a surpresa. Fernão Mendes Pinto, Diogo do Couto, Francisco Rodrigues da Silveira ou o desconhecido autor do *Primor e honra da vida soldadesca no Estado da Índia*, testemunharam esta inconsideração pelo combate disciplinado, mostrando o comportamento desregrado e empírico do soldado português que se batia por terras e mares da Ásia. A dominação espanhola impediria depois o desenvolvimento de um exército próprio e renovado. A força armada nacional presente no espaço europeu integrava-se principalmente nos *tercios* castelhanos, eles próprios defrontando uma certa inadequação às novas fórmulas militares, determinada pelo seu aspecto pesado e rigidez de movimentos. Tardavam portanto as rápidas e profundas modificações determinadas pela imposição à arte guerreira do modelo filosófico e científico mecanicista, pela centralização e especialização da direcção militar e pelo alargamento das experiências imperialistas: sentiam-se apenas os ecos distantes do entendimento rigorosamente geométrico da evolução do corpo guerreiro e do disciplinamento firme, belo e automático do soldado, enquanto se mantinha a indefinição nas competências de comando e, no domínio táctico, pouco se avançava além-mar. Daí a riqueza, variedade e importância da literatura militar que vai ser produzida e circular.

Depois da *Arte Militar* (1612), de Luís Mendes de Vasconcelos, condensando sistematicamente uma experiência de antigo combatente, obra decerto útil e ainda muito usada largos anos depois da sua publicação, e dos *Discursos de la jurídica y verdadera razón de Estado*, livro de Pedro Barbosa Homem editado em Coimbra no ano de 1626, onde se define já a arte militar como nervo da prática política e se reflecte sobre alguns dos seus aspectos, textos isolados no plano nacional e ainda algo vagos e limitados à definição de princípios gerais ⁽¹¹⁾, inicia-se uma sequência de escritos, distribuídos

⁽¹¹⁾ Cf. Luís Mendes de Vasconcelos, *Arte Militar dividida em tres partes. A primeira ensina a pelejar em campanha aberta, a segunda nos alojamentos, & a terceira nas fortificações, com tres discursos antes da Arte*, Alenquer, Vicente Alvarez, 1612. e Pedro Barbosa Homem. *Discursos de la Iuridica y Verdadera Razon de Estado, formadas sobre la vida, y acciones del Rey don Iuan el II, de buena memoria, Rey de Portugal, llamado vulgarmente el Principe Perfecto. Contra Machavelo y Bodino. y los demas politicos de nuestros tiempos sus sequazes*, Coimbra, Nicolau Carvalho, 1626. Luís Reis Torgal (cf. *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, vol.

pelos anos das campanhas da Restauração e por todo o século seguinte.

Nota-se agora, claramente, o enorme esforço para ultrapassar o saber de tradição vegeciana e tacitista — de certa forma prosseguido com o influente tomo militar, o quinto, dos *Politicorum sive civilis doctrinae Libri sex* (1589), de Justo Lipsio, ainda quase imitado na obra de Luís Marinho de Azevedo publicada em 1644, a *Doctrina Política, Civil, e Militar* ⁽¹²⁾ —, buscando-se os fundamentos de uma técnica nova, no materializar das proposições, no desenhar dos exemplos e dos modelos. Abundam agora as gravuras ou os simples esboços, multiplicam-se complexos organigramas ou idealizações gráficas (simples, desdobráveis, descartáveis), traçam-se planos e mapas cada vez mais pormenorizados. Mas, principalmente, desenvolve-se o conjunto das matérias tratadas recorrendo à procura da sua projecção espacial e à definição do aspecto.

A teoria da guerra começa por ultrapassar o debate tradicional acerca da justeza da atitude bélica, determinada por razões de fé ou que se relaciona com a vontade do príncipe, para legitimar o combate, como acontece em Lipsio e Botero ⁽¹³⁾ com a lógica da defesa do espaço territorial — estudado, descrito e medido — no qual se projecta uma monarquia bela e poderosa (valorizando-se obsessivamente, em consequência, a política de fortificação e cerco). Subordinada à lógica geral do pensamento político em construção, a violência que o poder controla — e neste caso a guerra — encontra-se muito estreitamente ligada ao espaço, definido e cartografado, sobre o qual esse poder se exerce e que o legitima ⁽¹⁴⁾. É assim que, enquanto se aceita que «nenhum Príncipe parece mais Príncipe, q. quando está armado» ⁽¹⁵⁾, se afirma também

II, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1982, pp. 157-161) chama já a atenção para a importância exemplar da atitude militar na formulação política deste último autor.

⁽¹²⁾ Cf. Luís Marinho de Azevedo, *Doctrina Política, Civil, e Militar, tirada do Livro Quinto das que escreveo Iusto Lipsio*, Lisboa, Off. Domingos Lopes Rosa, 1644.

⁽¹³⁾ Veja-se Luis Reis Torgal, *ob. cit.*, vol. I. Coimbra. Biblioteca Geral da Universidade, 1981, pp. 331-336.

⁽¹⁴⁾ Vejam-se as considerações neste sentido recentemente desenvolvidas por Diogo Ramada Curto, *O Discurso Político em Portugal (1600-1650)*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa 1988, sobretudo pp. 174-177.

⁽¹⁵⁾ *Instrucção Política ao Serenissimo Principe D. Pedro Nosso Senhor. Pelo General ****, manuscrito da B.G.U.C., Cód. 78, fl. 112.

que da guerra «nasce a estabellidade dos Imperios, & saude publica» (16).

A engenharia militar recebe então, no tempo dos primeiros Braganças, um claro, indispensável impulso, particularmente no que respeita à implantação de fortificação fronteiriça e costeira. Obras como o *Methodo Lusitanico*, publicado em 1680 por Luís Serrão Pimentel, ou *O Engenheiro Portuguez*, lançado quase cinquenta anos depois por Manuel de Azevedo Fortes, organizam conhecimentos que a vasta prática de edificação, lançada a partir de 1642, tinha já espalhado, mostrando ainda uma rápida actualização desta forma de saber em relação a boa parte do que de novo se ia fazendo por outras paragens (17). A construção e a definição funcional dos espaços aliam aqui ao objectivo militar traços de racionalidade e de sensibilidade barroca que, ainda mal conhecidos, se vão já mostrando. Em consonância com a influência — que vai ser decisiva — de Vauban, procura-se «racionalizar» o forte, à maneira da época, adaptando-o antes de tudo ao terreno e desenhando-o com recurso a complexas construções geométricas, ao mesmo tempo que se erguem dependências apalaçadas, destinadas naturalmente aos comandos.

Entretanto, a disciplina constrói-se imaginando o militar perfeito e estudando a maneira de, reduzido este a uma funcionalidade mecânica, o distribuir por formações complexas e atraentes. É estabelecida uma ordem cuidadosamente treinada e exteriormente imposta, enquanto se procura adaptar o corpo e a consciência do combatente às exigências desse equilíbrio (18). Exercício e obediência são fundamentais na

(16) João de Medeiros Correia, *Perfeito Soldado, e Politica Militar*, Lisboa, Off. de Henrique Valente de Oliveira, 1659, p. 2.

(17) Vejam-se: Luís Serrão Pimentel, *Methodo Lusitanico de desenhar as fortificaçoens das Praças Regulares, & Irregulares, Fortes de Campanha, e outras obras pertencentes a Architectura Militar*, Lisboa, Antonio Craesbeck de Mello, 1680, e Manuel de Azevedo Fortes, *O Engenheiro Portuguez*, 2 tomos, Lisboa, Off. de Manoel Fernandes da Costa, 1728-17292. Se a primeira das obras, volumosa, largamente ilustrada, avança ainda traçados regulares ao serviço de uma guerra de posições, a segunda, absorvendo algumas das conquistas da geometria analítica, desenha construções e dispositivos mais complexos, adaptados ao terreno e a uma manobra táctica dotada de maior mobilidade.

(18) Aquilo que se pretende do soldado, um conjunto de práticas múltiplas e complicadas, é fundamentalmente determinado não pela compreensão da função mas pelo medo do castigo: «Reputo só meyo infallivel para evitar que o Soldado não falle, o ser taõ prompto o castigo, que elle esteja sempre certo, de que se nisso chegou a delinquir, ha de ser irremissivelmente castigado; mas he

definição deste sistema, materializado no gesto e na fala concebidos como estereótipos, teatralizados, na atitude docilmente móvel, automática, silenciosa do combatente, na punição rigorosa (e crescentemente correctiva) das suas concessões aos numerosos interditos que lhe vão sendo levantados⁽¹⁹⁾.

A escolha do próprio soldado é, neste contexto, objecto de uma economia de linhas e virtualidades, valorizando-se a natural obediência e a força do rural, mas também o porte mais altivo do homem da cidade⁽²⁰⁾. E mesmo a organização das competências jurisdicionais sobre os militares é feita com base na rigorosa compartimentação espacial da funcionalidade punitiva (geograficamente fundamentada), assim como na grandeza, na imagem, na intangível respeitabilidade de cada vez mais valorizada figura do oficial, pessoa de qualidade que tem lugar num sistema hierárquico socialmente pensado como imóvel.

Táctica e estratégia elaboram-se sobre territórios mais vastos, massas numerosas, exércitos móveis. A evolução da certeza e do potencial de fogo da artilharia forçara já o lançamento da manobra rápida e convenientemente ordenada da infantaria, apoiada no desenvolvimento do fusil e da baioneta. Traçam-se, para esse efeito, filas e fileiras regulares, adaptadas porém à complexidade das formações e dos movimentos, enquanto se fixam para os soldados prescrições que farão culminar o processo de adestramento:

«Saberão marchar, contramarchar, avançar, ladear, mudar de terreno por conversão, e reversão: conhecer seu lugar no batalhão, guardar distancias, e em toda a parte

necessario, que a experiencia lhe verifique sempre esta certeza; com o que vivirá tambem sempre nesse temor.» (Francisco de Barros Morais Araújo Teixeira Homem, *Breve Instrucção Militar sobre a Infantaria*. Parte I, Lisboa, Off. Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1761, p. 50).

⁽¹⁹⁾ Sobre a temática disciplinar e os seus sentidos veja-se Rui Bebiano, «Mecanismos Disciplinares no Exército Português (sécs. XVII-XVIII)», in *Arqueologia do Estado...*, *ob. cit.*, vol. 2, pp. 1041-1058, além, naturalmente, de um texto já «clássico» do tema: Michel Foucault, *Surveiller et Punir. Naissance de la prison*, Paris, Gallimard, 1975, parte III.

⁽²⁰⁾ Cf. João de Medeiros Correia, *ob. cit.*, pp. 108-110, onde se refere serem «mais practicos» os naturais da cidade, andarem «em competencia com os nobres, pera se avantajarem a elles», mostrarem-se «mais engenhosos, & saberem diversas artes», enquanto os camponeses «mais robustos, & costumados à fome, sede, & trabalho, que a guerra traz consigo, contêtaose com pouco, aturão as vigias, & fazem melhor sua obrigação.»

silêncio: saberão campar, fazer guardas, e sentinellas: entenderão todos os toques da caixa: a função nenhuma Militar hirão, nem deixarão posto, em que estejaõ, sem ordem, excepto se forem muito carregados do inimigo: para toda a parte que forem mandados, vaõ, sem inquirirem o porque....» (21).

A formação deste condicionamento vai caminhar com a evolução do exercício regular, o que é natural, mas também com a multiplicação da manobra e do desfile. O conjunto dos soldados deve ser exibido em festivas demonstrações públicas, onde, na presença do rei ou da mais elevada nobreza, por vezes das autoridades municipais, se figuram marchas, cercos e batalhas, planeados como um grande jogo mas igualmente como manifestação ostentosa e pessoalizada do poder e dos seus meios (22). O espaçar deste género de exercícios até às reformas de Lippe apenas confirma a sua utilização como confinada a cerimónias e ocasiões muito especiais.

A marcialidade, o asseio e o cuidar do fardamento são sugeridos, prescritos, descritos, apesar das formas de contenção sumptuária determinadas nas leis pragmáticas gerais e em regulamentação especificamente militar que procura impedir alguns exageros. No oficial, o porte altivo e ofuscante, ostentoso mesmo, é definido como meio eficaz para alcançar o respeito do soldado (23), admitindo-se a gola ren-

(21) André Ribeiro Coutinho, *O Capitão de Infantaria Portuguesa*, tomo I, Lisboa, Regia Officina Sylviana, 1751, pp. 163-164. Veja-se também Francisco Ferreira da Cunha, *Flores da Praça e Exame de Soldado*, s.l., 1698, manuscrito da B.G.U.C., Cód. 2992 integral.

(22) Vejam-se: *Relação do Exercício que o Coronel D. Francisco Xavier Mascarenhas Ha de fazer no Terreiro do Paço com o seu Regimento*, Lisboa, Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1737; *Relaçam do Exercício Militar, Com que as Tropas de Sua Magestade Fidelissima aquarteladas na Cidade do Porto applaudiraõ os Annos do mesmo Senhor nos dias cinco, e seis de Junho*, Lisboa, Off. de Joseph Philippe, 1757; e *Mapa, e Fóрма, de como se barracou o eiszercito de Sua Magestade Fidelissima, em o Campo dos Olhos d'Agua*, Lisboa, Off. de Caetano Ferreira da Costa, 1767. O texto de 1757, especialmente, mostra uma marcialidade temperada por uma enorme atracção pelo jogo e pelo espectáculo, nivelando-se o terreno das manobras para facilitar a evolução e o olhar, construindo-se palanques para a nobreza, cuidando-se da beleza do cerimonial, terminando tudo com o convite do governador das armas da cidade ao Cabido, Ministros, oficiais da guerra e nobreza presentes para «huma Serenata, que fes acompanhar de hum magnifico refresco de doces, sorbetes, e outras bebidas, exquisitas, dando a todos mostra do seu grande animo, e profuzaõ» (p. 16).

(23) Veja-se António Nunes da Veiga, *Perfeyto Capitam*, Lisboa, Off. de Valentim da Costa Deslandes, 1709, p. 40.

dilhada, os botões de ouro ou de prata, o chapéu engalado e emplumado, espada e arreios preciosos, montada cuidada e de raça. A regulamentação limitadora, geralmente tardia ⁽²⁴⁾, visará tão somente a contenção de despesas sumptuárias dificilmente sustentadas pelo erário público, essas sim consideradas supérfluas mas, por isso mesmo, provada e continuamente praticadas: tendas de campanha forradas a seda, armazéns de camas e baixelas em ouro ou prata, excessivo número de pratos servidos nas mesas dos oficiais superiores, qualidade das toalhas usadas, abuso de doces e de bebidas, multiplicação de convidados civis.

O soldado, do seu lado, e ainda que pague os cuidados do seu próprio bolso ⁽²⁵⁾, deve conservar-se firme e direito, limpo, abotoado, convenientemente penteado, «sempre atado, ou com bolça, ou metido em huma fita, e não se lhe prohibe, que use de pós no cabelo, como não seja com excesso, e affectação» ⁽²⁶⁾.

A própria etiqueta civil, fundamental nos quadros comportamentais da Europa do barroco — separando, pela mediação de um comportamento diferente, o homem de qualidade do resto da sociedade, produzindo um mundo rigorosamente ordenado, isento de espaços mortos, onde se consuma ao nível do comportamento corrente a teatralidade que domina a época, e o poder se canta a si mesmo — é transportada para o ambiente castrense (como o prova a referida legislação anti-sumptuária) e até para o teatro da guerra. Pode assim encontrar-se, no ano de 1662, o comandante da praça de Alegrete a enviar ao chefe do exército cercante duas garrafas de um bom vinho, «podendo tanto esta galanteria que continuou D. João de Áustria a marcha sem lhe fazer danno» ⁽²⁷⁾.

⁽²⁴⁾ *Resolução de Sua Magestade para se evitassem os excessos, e despezas superfluas nos vestidos, e mezas dos Generaes, e mais Officiaes Militares*, de 18 de Abril de 1735, e *Decreto sobre as Mezas dos Generaes*, de 2 de Abril de 1762.

⁽²⁵⁾ *Decreto* de 23 de Setembro de 1702: «E para que andem com igual farda e sem total dissonancia nos trajes, se lhes tirará do soldo cada mez o que bastar para os fardarem na mesma fórma que se fez à infantaria, de sorte que pareçam soldados», citado por José Maria Latino Coelho, *Historia Militar e Política de Portugal desde os fins do XVIII Seculo até 1814*, tomo III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, p. 37.

⁽²⁶⁾ Tomás Teles da Silva, *Discursos sobre a Disciplina Militar e Sciencia de hum Soldado de Infanteria, dedicados aos Soldados Novos*, Lisboa, Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1737, pp. 85-86.

⁽²⁷⁾ D. Luís de Menezes, *Historia de Portugal Restaurado*, tomo IV, Lisboa, Off. de Domingos Rodrigues, 1759, p. 5.

Neste contexto, as críticas maledicentes a respeito da condição desleixada ou mesmo servil do oficial português, tornadas públicas por Dumouriez e Costigan⁽²⁸⁾, são provavelmente exageradas ou aplicáveis, quanto muito, a número limitado de subalternos. Antes deles, André Ribeiro Coutinho mostrara já uma preocupação de sentido diverso, traçando, no seu manual de capitães, regras certas e claras de um comportamento conformado à complexa etiqueta do tempo. As indicações sobre as maneiras de estar e de se comportar à mesa, como exemplo, distribuem-se, n'*O Capitão de Infantaria Portuguez*, de 1751, por quatro exaustivas páginas, tratando o lugar a ocupar no conjunto dos comensais, a ocasião exacta para se sentar e para se levantar, a forma de segurar e de usar copos e talheres, a quem se dirigir em polida conversa, o dever de comer pouco e de não falar durante a mastigação, como agir em caso de um inevitável acesso de espirros ou soluços, o impedimento absoluto de tossir, de escarrar ou mesmo de se assoar⁽²⁹⁾. Fórmulas de cortesia, regras de precedência e modos de tratamento, bem como interditos a respeito de pratos manuais ou comerciais, colocavam ainda o oficial num lugar preciso, protegido, destacado, do espectro social.

Na verdade, contrariando outras impressões a respeito da rudeza ou da ignorância do militar, D. Francisco Manuel de Melo pusera já, na boca do soldado de um dos seus *Apólogos Dialogais*, a proximidade do ofício das armas (lido obviamente na perspectiva do oficial-fidalgo) e da aquisição de um maior discernimento, de regras de civilidade:

«A disciplina militar é a melhor escola para se aprenderem gentilezas e polítics, mais solícitamente que nas próprias escolas das letras. Porque, como a guerra é tão violenta nas suas acções, em breve tempo nos ensina muito e vai correndo e variando as matérias.... Senão vêde-me a mim aqui, que.... sei dançar, esgrimir, toco a minha guitarra, leio e escrevo como qualquer e para a minha trovazinha não me acobardo.»⁽³⁰⁾

(28) Cf. Gen. Dumouriez, *Etat present du Royaume de Portugal en l'année MDCCLXVI*, Lausanne, F. Grasset & Comp., 1775, e A. William Costigan, *Cartas de Portugal. 1778-1779*, 2 vols., Lisboa, Atica, s.d. Ambos referem a ignorância e o servilismo de muitos oficiais portugueses, generalizando subjectivamente situações pontuais nem sempre claramente provadas.

(29) André Ribeiro Coutinho, *ob. cit.*, tomo I, pp. 97-100.

(30) D. Francisco Manuel de Melo, «Visita das Fontes», in *Apólogos Dialogais*, vol. I, Lisboa, Sá da Costa, 1959, pp. 84-85.

Noutra direcção, as descrições de combates, batalhas e escaramuças pretendem também produzir nas consciências uma imagem de grandeza, de ordem e de movimento. Por gazetas e panfletos — durante as campanhas da Restauração até no sermão — e também em obras que principalmente buscavam propor o exemplo (nos domínios da literatura, da política, da história ou da arte militar), sucedem-se os relatos noticiosos, onde a descrição, visualizada e visualizável, dos contornos tende a ultrapassar, habitual e largamente, a dimensão realista dos eventos ficcionados ou dos acontecimentos autênticos e, mais ainda, a sua interpretação razoável. Os textos, por vezes acompanhados de gravuras, as mais das vezes de um traço tosco e singelo, esmeram-se na tentativa de devolver ao leitor os contornos materiais dos espaços, das figuras descritas. E o jogo da violência guerreira, exemplar, apelativo, grandioso na dimensão e no impacto, constitui tema constante, que encontra sempre um público ávido e fiel. As relações dos sucessos de guerra⁽³¹⁾, desenvolvem-se por intermédio de um discurso convulsivo, pomenorizado, alegórico, fantástico por vezes, de um discurso barroco de conteúdo muito raramente crítico e que geralmente permite dirigir e manipular as imagens da violência como técnica de propaganda⁽³²⁾.

No conjunto desta larga teia de processos, um poder político sem barreiras, centralizado e magnífico, visa de modo claro a constante variedade e o controlo de toda a movimentação, embelezando o conjunto, tornando-o atraente e esmagador, transformando o militar — e em especial o soldado — em peça móvel, que se mostra e para a qual o trânsito espacial apenas tem sentido quando aferido por uma funcionalidade

⁽³¹⁾ E imenso, constantemente retomado, este género de produção literária. Pode começar a seguir-se a sua pista nas numerosas descrições contidas nos volumes de miscelâneas da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (particularmente naqueles numerados 3, 24, 40, 47, 49, 50, 94, 381-398 e 433-438), assim como no levantamento parcial de relações, contendo 113 referências, feito por Francisco Augusto Martins de Carvalho (*Dicionário Bibliographico Militar Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, pp. 233-240) e nos muitos títulos dispersos contidos no *Diccionario* de Inocêncio Francisco da Silva.

⁽³²⁾ Veja-se Yves Michaud, *Violence et Politique*, Paris, Gallimard, 1978, pp. 49-51, que define o uso da imagem da violência, a sua divulgação convenientemente orientada, como técnica inevitável de poder, como instrumento de manipulação publicitária funcionando ao jeito da promoção de produtos.

Um Barroco militar

dirigida. Controlo, criação, movimento para os poderosos, mas repetição, obediência, silêncio para a massa, representam atitudes distintas, que se misturam e completam neste universo de contradições e de exageros, de ordem e de mudança, de miséria e de grandeza, vividos também pela condição militar.